

O Estado-Nação, O Não-Soberano, e A Diversidade Sexual e de Gênero na América Latina: Os Casos da Amazônia e Porto Rico¹

Carlos Andrés Montes Jiménez (Columbia University)

Soberania—América Latina—Performance

Porto Rico, a mais antiga e maior colônia do mundo, em termos de população, ocupa um espaço ambíguo dentro do estudo comparativo da América Latina. Possivelmente com a exceção de Cuba e a República Dominicana, países com os quais Porto Rico mantem uma estreita relação histórica, cultural e migratória, os exercícios comparativos na região têm privilegiado as conexões entre grupos nacionais que contam com um estado putativamente soberano, ou seja, entre os países independentes da América. Este fenômeno é resultado do “nacionalismo metodológico” – quer dizer, a presunção que o estado-nação é a forma natural de organização social e política e a sua prevalência nas ciências humanas e sociais, já que estas surgiram e foram consolidadas no “âmbito da expansão das estruturas *nacionais* do ensino superior e da pesquisa científica” (Magalhães e Sumari, 20).² Tomando em consideração o grande sucesso do estado-nação em se tornar na comunidade política *par excellence*, as sociedades não soberanas como Porto Rico, então, ocupam um espaço político peculiar – possivelmente “queer” (Cruz-Malavé 2007) – na nossa conjuntura atual.

Neste trabalho, eu porei em conversa as trajetórias históricas e os movimentos contemporâneos de duas entidades geopolíticas frequentemente posicionadas nas margens do imaginário latino-americano, neste caso, Porto Rico e a Amazônia. Considerando a posição não-soberana de Porto Rico junto com as condições que criam na Amazônia uma situação que alguns autores tem descrito como “colonial” (Loureiro 2022; Castro 2014), buscarei demonstrar as fraquezas na universalização do estado-nação como formação política. Ademais, seguindo o convite da antropóloga Deborah Thomas (2019) para pensar na “constituição do sujeito político não principalmente através do nacionalismo ou processos estaduais [...], mas através da cultivação de afetos encarnados”, prestarei atenção nas

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026).

² <https://doi.org/10.4324/9781003092421-3> Todas as traduções são próprias.

performances e articulações de pertencimento apresentadas por pessoas e coletivos LGBTQIA+ em Porto Rico e na Amazônia brasileira. Apontarei, então, às expressões da diversidade sexual e de gênero desde a América Latina como formas de “resistência criativa” (Gontijo 2024) num presente ainda colonial.

O Brasil, A Amazônia e A Persistência do Elemento Colonial

A ideia para este trabalho nasceu de uma conversa que eu tive numa turma de brega durante meu primeiro mês em Belém do Pará em setembro de 2024. Ana³, uma mulher de meia idade, mãe de dois filhos e residente de Belém toda sua vida, me perguntou por que eu tinha me mudado à cidade. Após explicar que tinha obtido uma bolsa para estudar no país, ela continuava perplexa. “Mas porque Belém especificamente? Você teve escolha?”, perguntou. Pelo menos antes da COP30, não era comum estrangeiros chegarem diretamente na cidade sem conhecer antes os cartões postais do Brasil, ou seja, Rio e São Paulo. Eu continuei explicando que eu tinha decidido vir em Belém porque tinha interesse na Amazônia e na comunidade LGBTQIA+ da cidade, junto com o fato do norte ser a região do Brasil mais perto do Caribe, de onde eu sou. “Ah! Tu vai amar aqui então,” ela respondeu sorridente. “A Amazônia é um outro país”, falou e repetiu: “A Amazônia é um outro Brasil”.

É provável que Ana estivesse pensando nas marcadas diferenças culturais entre a Amazônia e o hegemonicamente “Brasileiro” ao fazer seu esse comentário, diferenças que, deduzindo do entusiasmo, pareceriam ser um ponto de orgulho para ela. Porém, essas falas também nos convidam a repensar a posição que ocupa a Amazônia dentro do estado-nação brasileiro e se, de fato, poderíamos pensá-la como colonial.

Para começar, desde a independência do país existiu uma forte continuidade nas hierarquias de poder da colônia ao império, já que enquanto as revoluções hispano-americanas ofereceram uma oportunidade para que “os laços com a Espanha [...] [fossem] renegociados pelas elites locais (embora eurocêntricas) a partir de uma ruptura significativa [...] no Brasil, a ruptura, de fato, não ocorreu, já que o novo país continuou a ser governado por regentes portugueses” (Gontijo 2023, 55). É provável que essa continuidade política

³ Pseudônimo.

tenha garantido a integridade territorial do Brasil num período de numerosas fragmentações em suas contrapartes hispano-americanas. Nas palavras de Bethell e Carvalho (1989), “O Brasil em 1822 não tinha unidade econômica [...] a unidade mantida na transição de colônia portuguesa a império independente foi política - e precária” (48). Essa separação se manifestou na primeira e mais sangrenta revolta do império – *a cabanagem* – em 1835. Estourando na capital do Pará, Belém, a revolta foi uma explosão do ódio internalizado por parte das camadas populares, maioritariamente indígenas, caboclos e pessoas negras, contra o regime colonial e seu sucessor. Em contradição às expectativas dos liberais urbanos, a revolta popular não surgiria das classes médias e altas, alfabetizadas e liberais, mas daqueles mais oprimidos na sociedade. Sobre a cabanagem, o contemporâneo autor brasileiro Evaristo da Veiga, quem se opunha a revolta, notou “que o Pará parecia mais uma parte da América espanhola que do Brasil” (Bethell e Carvalho 1989, 70). O conflito deixaria a capital, Belém, em escombros, e levaria à morte de 20% da população do estado.

A queda nas exportações de açúcar e o aumento no cultivo do café no Sudeste entre 1850 e 1900 causou um realinhamento populacional e econômico que concentraria o poder no sudeste do país (Graham 1989). Com a declaração da primeira república, as elites metropolitanas concentradas no Sudeste tomariam turnos no poder, garantindo a hegemonia dos interesses do café na política federal e utilizando fundos federais para o desenvolvimento da região sudeste, ao mesmo tempo que o ciclo da borracha na Amazonia chegava ao seu final (Dean 1989). A dramática redução na exportação da borracha que tinha dominado a economia da Amazônia durante o século XIX então entrincheirou as desigualdades na qualidade de vida em comparação com o Sudeste.

Os governos do século XX também trouxeram consigo projetos de desenvolvimento nacional que procuraram incorporar a Amazônia à economia capitalista do Brasil, particularmente durante a ditadura militar depois do golpe de 1964. O golpe foi possibilitado, em parte, pela intervenção do governo estadunidense, que, temendo a “cubanização” da América do Sul, proveu apoio diplomático e material às forças golpistas (Dezemone 2016). A ditadura, mobilizando discursos de insegurança nacional pelo suposto “vazio demográfico”, levaria a cabo trabalhos de infraestrutura como a rodovia Transamazônica com o fim de conectar o Norte com o resto do país. Citando a Bruno Domingues (2022):

Atrelados a uma campanha massiva de ocupação, com o lema “homens sem-terra para uma terra sem homens”, tais projetos levaram milhares de famílias de todas as partes do país a colonizar uma “floresta inabitada”, como se divulgava. Esse processo tornou a Amazônia não apenas uma terra disponível aos grandes empreendimentos modernos, mas também à cobiça de civis, oportunizando assim uma grande sobreposição de conflitos agrários nos interiores da região. (34)

No seu livro *Amazônia: Colônia do Brasil* (2022), Violeta Loureiro argumenta que são precisamente estas políticas, as quais tratam a Amazônia “como um ecossistema paradoxal, superabundante e frágil”, um “desafio ao desenvolvimento”, e ao mesmo tempo, “como o *locus* privilegiado da exploração nacional para solucionar os problemas do país”, que são características dos processos coloniais (20).

Hoje em dia, a Amazônia enfrenta grandes desafios, particularmente em relação as queimadas e desmatamento ilegal para agricultura e gado, causados em grande parte pelo lucro associado à exportação desses produtos (Rajão et al. 2020). Essa tendência piorou significativamente sob a presidência de Jair Bolsonaro, que mobilizou discursos de insegurança nacional semelhantes aos da ditadura militar, usando o slogan “Ocupar para não entregar [a estrangeiros]” (Wenzel 2020). Esse discurso é irônico considerando que a única “invasão” da Amazônia em tempos recentes é a dos interesses capitais do Norte Global que incentiva a destruição da floresta (Fernandes, Fernandes e Fearnside 2023).

Partindo deste breve resumo das relações históricas entre o Brasil independente e a Amazônia é possível fazer duas asseverações. Por um lado, a incorporação da Amazônia nos mecanismos desenvolvimentistas do estado-nação brasileiro é muito recente, ainda incompleta e parte de projetos deliberados pelas classes político-militares com fins de exploração e controle. Essa relação desigual com o resto do Brasil não só se manifesta materialmente, mas epistemologicamente, como no caso da antropologia, onde saberes antropológicos desenvolvidos nas prestigiosas universidades do sudeste são generalizados na Amazônia, particularmente no campo de estudos de diversidade sexual e de gênero (Gontijo 2023). Por outro lado, a soberania sobre a Amazônia está estreitamente ligada a interesses estrangeiros quando levamos em consideração a influência política e econômica de governos

e corporações do Norte Global. Em suma, nas palavras da antropóloga portorriquenha Ana Ramos-Zayas,

“Processos globais que se convergem no Caribe e na América Latina desafiam a afirmação de que os governos nacionais têm controle supremo sobre seus assuntos internos [...] na América Latina e no Caribe, a nação soberana é um mito ou, no máximo, um modelo aspiracional. Essa impossibilidade de soberania, e até mesmo o desejo desigual de soberania, na verdade, transforma outras formações sociais em substitutos, para fazer o que a soberania promete, mas falha em entregar” (Ramos-Zayas 2020, 12).

Este desejo desigual de soberania é palpável no caso de Porto Rico.

Porto Rico, Colonialismo e a Não-Soberania

Os Estados Unidos invadiram Porto Rico no dia 25 de julho de 1898, como parte da sua campanha militar contra Espanha durante os últimos três meses da Guerra de Independência Cubana. Até esse ponto Porto Rico tinha sido colônia de Espanha por quase 400 anos, e após o Tratado de Paris ser assinado em dezembro de 1898 Guam, as Filipinas e Porto Rico passaram a ser colônias estadunidenses. Tornando-se num império ultramarino pela primeira vez na sua história, o Tribunal Supremo dos Estados Unidos decretou que “Porto Rico pertence aos Estados Unidos, mas, no entanto, e independentemente do ato do Congresso, não faz parte dos Estados Unidos” (Brown 1901).

Hoje em dia, Porto Rico, as Ilhas Virgens Estadunidenses, Guam e as Ilhas Mariana do Norte são legalmente classificadas pelo governo estadunidense como territórios organizados não-incorporados dos Estados Unidos. Entre as consequências dessa relação, os porto-riquenhos possuem cidadania estadunidense e têm liberdade de movimento dentro dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, as ordens executivas, leis e decisões jurídicas federais se aplicam em Porto Rico, embora os residentes de Porto Rico – que no censo de 2020

alcançavam uma população maior que as populações de 21 estados – não tenham direito a votar em eleições presidenciais nem por representação efetiva no congresso.⁴

A ratificação da atual constituição de Porto Rico em 1952 trouxe consigo o “Estado Livre Associado” (“ELA”), o estado político oficial do arquipélago. Originalmente descrito como um compacto entre duas partes iguais, o ELA nunca foi um arranjo soberano, mas só reclassificou a designação colonial de Porto Rico para acalmar o dissenso interno e permitir que os Estados Unidos se livrasse de sua imagem imperial, ao peticionar com sucesso às Nações Unidas para remover Porto Rico da lista de Territórios Não Autônomos (Bonilla 2020a). Esse projeto ideológico com o propósito de dar uma nova cara liberal ao colonialismo, em conjunto com a dura repressão do movimento independentista silenciou (porém não totalmente) discussões sobre “o colonial” durante a segunda metade do século XX (Dello Buono 1991).

Mais de 60 anos após a ratificação do ELA, o governo federal aprovou a Lei PROMESA em 2016, a qual reafirmou o poder plenário do congresso sobre o governo local de Porto Rico. A lei, aprovada como uma medida para mitigar a crise de dívida fiscal à qual se confronta Porto Rico na época neoliberal, estabeleceu uma Junta de Supervisão Fiscal não-eleita (popularmente conhecida como “La Junta”) com autoridade sobre as finanças do arquipélago com a meta de solvência fiscal. Este corpo antidemocrático, cuja “agenda neoliberal é motivada pela maximização dos lucros para os interesses capitalistas por meio da privatização e desregulamentação,” já foi “responsável pelo fechamento de centenas de escolas públicas e hospitais, ameaçando as pensões dos trabalhadores e apoiando esforços de privatização para impedir investimentos urgentes na melhoria da infraestrutura crítica, como estradas, coleta e distribuição de água e eletricidade” (de Onís & Lloréns 2021). Mais recentemente, os ilhéus enfrentam uma falta de moradias severa (Torres-Nieves 2024), e um precário serviço elétrico, o qual piorou desde sua privatização em 2021. Essas condições têm exacerbado a perda de fé no projeto ideológico do ELA.

⁴ Porto Rico tem direito a eleger um “comissionado residente” para representar os seus interesses no congresso; porém, não possui poder de votação.

Nos últimos 60 anos, os dois partidos e opções de estado político que dominaram o cenário eleitoral foram o Partido Popular Democrático (PPD), um partido liberal a favor do ELA, e o Partido Novo Progressista (PNP), um partido conservador a favor da anexação, mas nenhum conta com um consenso abrangente. As eleições de 2024 representaram uma ruptura no duopólio desses dois partidos, com a aliança eleitoral entre o Partido Independentista Puertorriqueño (PIP), um histórico partido de oposição, e o recém-formado partido progressista Movimento Vitória Ciudadã (MVC) atingindo um 32.66% do voto numa eleição em que a vencedora ganhou pelo 39.44% (CEE 2024). Nessa mesma eleição, a opção de independência ganhou 30.84% do voto (293,224) num plebiscito sobre o estado político do território, a cifra mais alta em mais de meio século, ainda quando o PIP tinha pedido um boicote dele (Ibid).

Apesar dos fracassos cada vez mais claros do ELA e do aumento histórico no apoio à independência, os resultados mostram que esta ainda não recebeu apoio contundente. Por um lado, vale ressaltar que ainda se o partido pro-independência tivesse vencido, e se a independência tivesse atingido a maioria de votos no plebiscito, só o congresso, onde os portorriquenhos não tem representação, teria a potestade legal para efetuar qualquer mudança no estado político do arquipélago. Por outro lado, é importante notar que as promessas da descolonização pós-guerra – neste caso, tornar-se um estado-nação soberano, próspero e liberal – não foram cumpridas na maioria dos países independentes do mundo que ainda não alcançaram, nem se aproximaram ao nível de riqueza e autonomia dos países do Norte Global. Nas palavras da antropóloga Yarimar Bonilla, “Em toda a região do Caribe e além, o projeto de descolonização pós-guerra resultou em economias endividadas, diásporas deslocadas, profundas divisões sociais e esperanças frustradas para o futuro” (Bonilla 2020a, 149). Se aceitarmos a provocação de Bonilla de pensar a descolonização pós-guerra como um projeto da “modernidade política, como a modernização e a secularização [...] [que] buscou naturalizar a ideia de estados-nação como unidades discretas e necessárias de organização política e econômica, enquanto silenciava e descartava outras formas e alinhamentos”, então o não-soberano oferece um ponto de vista peculiar a partir do qual vislumbrar os futuros alternos oferecidos pelos esses outros alinhamentos (Bonilla 2015, 11).

Diversidade Sexual e Gênero no Caribe e na Amazônia Brasileira

Tendo estabelecido a presença e a profunda relevância de um passado-presente colonial na Amazônia brasileira e Porto Rico, e a fraqueza do estado-nação em grande parte da América Latina e o Sul Global, os estudos de diversidade sexual e de gênero merecem particular atenção. Como sublinha Fabiano Gontijo (2024),

A relação entre o Estado e a sexualidade mediada pelo controle social não seria exclusiva dos regimes políticos considerados pelos Estados ocidentais como opressores, mas estaria na base existencial de todos os Estados nacionais.

Se considerarmos certas modalidades de diversidade sexual e de gênero como incongruentes com às bases heteronormativas dos estados-nação, é necessário se questionar: que tipo de formações seriam capazes de validar e dignificar essas modalidades? De acordo com o filósofo José Esteban Muñoz (2009), “O queer é essencialmente sobre a rejeição do aqui e agora e uma insistência na potencialidade ou possibilidade concreta de outro mundo” (1). Além disso, ele acrescenta que é possível vislumbrar esse outro mundo – uma utopia – através da estética: “[a] estética, especialmente a estética queer, frequentemente contém projetos e esquemas de um futuro que está surgindo. Tanto o ornamental quanto o cotidiano podem conter um mapa da utopia que é o queer.” Deixando de lado as críticas à teoria queer sendo aplicada em contextos do Sul Global, e entendendo “o queer” neste contexto como um complexo de modalidades e identidades sexuais e de gênero antinormativas que podem se encontrar de Nova Iorque à Amazônia, a estética queer emerge como um espaço de possibilidade e inovação. Nesta seção compartilharei exemplos de expressões culturais LGBTQIA+, resultado de trabalho etnográfico em San Juan, Porto Rico e pesquisas em diversas mídias, incluindo reportagens, estudos e redes sociais de coletivos em Belém do Pará, como manifestações de subjetividades regionais.

Ball do Caribe Surreal

O ballroom é uma subcultura de performance que surgiu na cidade de Nova Iorque em comunidades negras e latinas LGBTQIA+ e que hoje pode se encontrar em dezenas de países no mundo, incluindo Porto Rico e o Brasil. A etnografia de Marlon Bailey na cena ballroom de Detroit, *Butch Queens Up in Pumps* (2013), é talvez o estudo antropológico mais notável sobre este gênero. De acordo com Bailey, existem três características centrais da

cultura ballroom: “o sistema de gênero, a estrutura de parentesco (casas) e os eventos de balls [bailes] (onde performances ritualizadas são encenadas)” (4). O sistema de gênero se refere a uma “coleção de subjetividades de gênero e sexualidade que vão além das categorias binárias/ternárias da sociedade dominante, como homem/mulher, gay/lésbica/bissexual e heterossexual” (ibid.). A estrutura de parentesco se refere ao sistema de casas, onde os participantes se organizam em unidades familiares geralmente lideradas por uma "mãe". Nessas casas, as mães tipicamente fornecem apoio e orientação sobre os estilos ballroom para seus filhos da casa. O último aspecto do ballroom é a organização dos balls, geralmente realizados pelas casas. Estes consistem em uma série de categorias nas quais os participantes de casas ou indivíduos competem por prêmios e estima social. Os vencedores são decididos por jurades, que são normalmente membros proeminentes da comunidade local ballroom.

No dia 23 de outubro de 2021 tive a oportunidade de assistir ao *Ball del Caribe Surreal: Mitos, Leyendas y Ciencia Ficción en el Caribe* (“Baile do Caribe Surreal: Mitos, Lendas e Ficção Científica no Caribe”) o qual aconteceu na Plaza de La Convalecencia, em Río Piedras, San Juan, para Halloween. O ball foi organizado pela Laboratorio Boricua de Vogue (LaBoriVogue), a primeira organização comunitária de ballroom em Porto Rico. Além do papel dos balls como espaços de performances utópicas, a camada adicional de fantasia permitiu que os participantes experimentassem com o irreal, borrando as fronteiras do que é possível.

O ball teve um início atrasado. Apesar de estar programado para começar às 16h00, o evento começou por volta das 19h00. A passarela retangular e ampla foi formada por uma parede de mais de cem pessoas, estendendo-se de ambos os lados da mesa dos juízes. Como em outros balls, atrás da mesa dos juízes, tinha um banner, o qual dizia “Nuestra Patería, Herencia Legendaria”, ou “Nossa Bicharia, Herança Lendária”. Muitos dos espectadores estavam fantasiados, de acordo com o tema de Halloween.

Rostra de la Juventud (“Rosta da Juventude”), a segunda categoria do ball, começou por volta das 20h00. Era uma versão caribenha da categoria convencional de Face, onde a performance é feita apenas com o rosto, em contraste com outras categorias que dependem fortemente do movimento corporal. A categoria começou como de costume, com os participantes entrando na passarela e sendo avaliados pelos juízes. No entanto, o público logo

soltou um grito. “¡Lolita! ¡Lolita!” começou a torcida a cantar quando uma performer, vestida como a falecida prisioneira política dos EUA, Lolita Lebrón, subiu à passarela (Figura 1).



Figura 1: Foto de performer vestida como Lolita segurando um banner que diz ¡Viva Puerto Rico Libre! (“Viva Porto Rico Livre”) da página do Instagram da LaBoriVogue. Foto de @supakid no Instagram.

Dolores “Lolita” Lebrón foi uma mulher portorriquenha conhecida por liderar um ataque contra o governo federal em protesto à colonização de Porto Rico. O ataque ocorreu na forma de um tiroteio dentro da Câmara dos Representantes do Congresso Federal no dia 1º de março de 1954. “¡Viva Puerto Rico Libre!” ela gritou enquanto desenrolava uma bandeira porto-riquenha e seus companheiros começaram a disparar contra os deputados. Cinco representantes ficaram feridos como resultado do tiroteio, e Lolita foi presa e sentenciada a cinquenta e seis anos de prisão. Embora seu legado continue sendo altamente contestado, devido ao seu papel de liderança no tiroteio, neste espaço, ela foi celebrada. A performer vestida como Lolita continuou nas rodadas, com o público cantando incansavelmente até que ela foi declarada vencedora.

Inicialmente, me perguntei se a vitória de Lolita tinha a ver com o apoio à independência nesse espaço, já que tinha conhecido várias pessoas da comunidade ballroom que estavam a favor da independência. Perguntei ao meu amigo Crystyan, membro do

partido, porque ele achava que ela tinha vencido. “La resting bitch face de Lolita es inmortal” (“A cara de filha da puta da Lolita é imortal”), ele respondeu.

Para poder interpretar o lugar de Lolita nesta categoria, olhei a descrição na página do Instagram dos organizadores, que dizia o seguinte:

"Dizem que o ex-governador Juan Ponce de León ouviu os nativos da ilha falarem sobre uma fonte mítica da juventude eterna, e em 1513, ele se aventurou a procurá-la, uma expedição que o levou a descobrir a Flórida. O que ele não sabia era que, por mais que procurasse, nunca a encontraria, porque a fonte só aparece para os caribenhos com uma atitude rebelde. Quem conseguiu encontrá-la? Será que o seu rosto pode ser imortal?"

Apesar de ter alcançado a notoriedade pela sua militância no Partido Nacionalista, nesta categoria explicitamente caribenha, Lolita se posiciona dentro de uma genealogia de caribenhos rebeldes, sem referência à nação.

Além disso, enquanto a rebeldia de Lolita pode ser vista em seu ato sedicioso, ela também está presente no seu corpo. Há uma sensação de feminilidade rebelde que envolve sua imagem. Quando a "exoticamente bonita" Lolita invadiu a câmara, ela estava vestida para morrer: “aos trinta e quatro anos, usava lábios manchados de carmesim, sobrancelhas bem cuidadas, um chapéu preto sobre os cabelos arrumados, um lenço chique sobre um terno de saia de dois botões, saltos altos e brincos de pérola pendurados” (Ruiz 2019). De fato, sua hipperfeminidade foi notada pela mídia na época, pois parecia impossível que uma mulher como ela fosse capaz de realizar um ato tão violento. Mais recentemente, uma reportagem do Washington Post em 2004, marcando 50 anos depois dos acontecimentos, chamou esse incidente de "Quando o Terror Usava Batom". A performer foi igualmente adornada com um vestido, sapatos e uma bolsa semelhante, com uma pistola dentro. Ao longo das rodadas, a performer foi se despindo, mobilizando tanto a feminilidade quanto a sexualidade para transmitir a rebeldia caribenha. O corpo e seus afetos, então, se tornam em locais para experimentar com comunidades políticas.

As Themônias

O movimento Themônias surgiu na cidade de Belém do Pará, no ano de 2014 no berço da festa e produtora LGBTQIA+ chamada NoiteSuja. Criada como espaço de diversão e incubação para a arte LGBTQIA+ na cidade, a festa foi parcialmente inspirada por shows como *RuPaul's Drag Race*, mas dirigida a um público Amazônida. De acordo com Themônia Rafael BQueer, “quando vemos que a gente está no Pará, numa festa com o nome Noite Suja e buscando referências estranhas, todas chegam com uma estética que não é a padrão” (BQueer apud Moraes 2021). Para a Themônia SImone Drag, uma das fundadoras da NoiteSuja, essa indefinição é fundamental para o coletivo:

Esse conceito de Drag Demonha parte da nossa experiência na Amazônia, é um conceito específico, a gente se considera Demonha porque somos uma indefinição. A nossa maior inspiração não são os realities shows Drags, as grandes estrelas Drags, a gente super se identifica com Pabllo Vittar, mas estamos criando aqui, entre nós, uma nova forma de fazer. Uma forma... pegando as coisas emprestadas, construindo as coisas com as mãos, não se importando se a maquiagem ‘tá’ feminina o bastante. Acho que a principal característica da Drag Demonha é não definir gênero, não classificar gênero, não queremos ser mulheres, nós não queremos ser homens, enquanto Drags, nós queremos ser Drags. (SImone Drag 2018, apud Ferreira 2020)

A arte Themônia, então, vai além das representações de hiperfeminidade convencionais no *drag*, e é capaz de incorporar elementos fora do padrão, incluindo elementos masculinos, animais e “grotescos”. Essa dimensão “monstruosa” e “demoníaca” poderia refletir as maneiras em que as práticas sexuais e os corpos indígenas na Amazônia foram demonizados pelos europeus (Fernandes 2015), e as “associações a uma Amazônia grotesca, sem pessoas, rudimentar e que necessitava ser ocupada por homens advindos do estado-nação” (Domingues 2022), resgatando essas imagens como fontes de empoderamento. O movimento também tem um foco político. Nas palavras da Themônia Leid Drag,

[...]me identifiquei com esse contra-padrão que o NoiteSuja tem, de colocar Drags performando atos políticos, de colocar Drags levantando bandeiras, com roupas diferentes que falam sobre a sustentabilidade, que podem performar animais, criaturas, seres mitológicos, e isso no NoiteSuja me chamou muita atenção [...] O

padrão heteronormativo no meio gay é muito forte e o movimento do NoiteSuja me chamou contra isso, por ter uma força contra essa heteronormatividade. (Leid Drag 2018 apud Ferreira 2020).

Aqui, Leid Drag faz referência ao que Lisa Duggan (2002) denomina como “homonormatividade”, uma despolitização de modalidades LGBTQIA+ a favor da assimilação às normas do estado. Para Leid Drag, a arte Themônia mantém seus aspectos mais radicais, servindo como uma força contra a assimilação ao padrão heteronormativo nacional. Vale apontar, também, que ao falar das particularidades centrais à arte Themônia, o Brasil está completamente ausente, enquanto a Amazônia ocupa um lugar fundamental.

Mais recentemente, em 2024, um grupo de Themônias criou o grupo musical *Carimônias*, dedicado a tocar Carimbó, um gênero afro-indígena oriundo da Amazônia. Na sua página de instagram (@carimonias), se autodescrevem como “um grupo de carimbó LGBTQIAPN+ formado em 2024 por artistas provenientes do movimento político-cultural autodenominado Thêmonias da Amazônia”. “Tendo a valorização do fazer artístico amazônico como propulsor de suas ações”, continuam, “as Themônias mergulham agora na proposta de pesquisa do carimbó, patrimônio cultural herdade dos povos ancestrais”.

O coletivo se apresentou na Festa Pulsa, organizada por *!PULSA! Movimento Arte Insurgente*, no dia 16 de novembro de 2024, a qual tive a oportunidade de assistir (Figura 2). Começando pouco depois das 23h00, os seis integrantes do grupo vieram adornados com brilhos, e duas vieram em drag e adornadas com flores. As duas pessoas em drag tomaram turnos tocando as maracas e cantando. Uma delas estava vestida com a saia tradicional do Carimbó e levava barba, enquanto a outra, sem barba, tinha uma aparência mais tradicionalmente feminina. Durante a performance, as cantoras interagiram com a audiência, pedindo para as pessoas entrarem na pista para dançar, proposta que várias pessoas aceitaram. O set do grupo consistiu em músicas conhecidas e sua primeira música original, como divulgaram desde o palco.



Figura 3: As Carimônias na Festa Pulsa (foto: @gomespaula_ em instagram)

Essa combinação de elementos naturais e elementos incongruentes com o binarismo de gênero hegemônico, como o uso de barba, saia e maquiagem em conjunto, é consistente com a “indefinição” fundamental das performances das Themônias que já vimos. Além disso, seu foco num gênero musical herdado de seus “povos ancestrais” exemplifica as complexas relações entre a diversidade sexual e de gênero e seus contextos étnico-culturais, sublinhando a importância de pesquisas sobre gênero e sexualidade feitas na Amazônia e em contextos etnicamente diferenciados (Gontijo e Erick 2020).

Além do Estado-Nação?

No contexto deste difícil momento histórico na política "global", latino-americana e caribenha, onde as crises neoliberais impulsionam a extrema direita ao poder e o consenso sobre a “soberania nacional” é cada vez mais contestado, fragilizado, coletivos como LaBoriVogue e as Themônias criam estruturas de resistências capazes de nutrir seus contextos étnico-culturais e experimentam com comunidades políticas além do estado-nação. Isso não quer dizer que o estado-nação não seja um mecanismo prático na nossa conjuntura atual nem que formações regionais vão, ou deveriam substituir a nação como a formação política predominante; não obstante, pensar o estado-nação como apenas uma de várias

maneiras de reivindicar a soberania nos permitirá apreciar as estratégias daqueles que ele deixa para trás.

Abstendo-me de romantizar as difíceis, e às vezes impossíveis condições de vida trazidas pela governança colonial, nesse trabalho também quis destacar o papel importante de pesquisas da diversidade sexual e de gênero quanto à desnaturalização das categorias culturais modernas, e as possibilidades utópicas oferecidas nos palcos da Amazônia e nas passarelas do Caribe.

Bibliografia

- Alamo, Hector Luis. “Puerto Rico Cannot Become Another Hawai’i (Opinion).” Latino Rebels. Latino Rebels, December 11, 2020. <https://www.latinorebels.com/2020/12/11/puertoricohawaiiopinion/>.
- Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) 459a Sessão Plenária (1953) ONU Doc A/RES/748(VIII)
- Bailey, Marlon M. *Butch Queens up in Pumps: Gender, Performance, and Ballroom Culture in Detroit*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 2013.
- Bethell, Leslie, e José Murilo de Carvalho. “1822–1850.” Capítulo. Em *Brazil: Empire and Republic, 1822–1930*, editado por Leslie Bethell, 45–112. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- Bonilla, Yarimar. “Postdisaster Futures: Hopeful Pessimism, Imperial Ruination, and La Futura Cuir.” *Small Axe*, no. 2 (2020a): 147–62.
- Bonilla, Yarimar. “The Coloniality of Disaster: Race, Empire, and the Temporal Logics of Emergency in Puerto Rico, USA.” *Political Geography* 78 (2020b): 102181. <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2020.102181>.
- Bonilla, Yarimar. *Non-Sovereign Futures: French Caribbean Politics in the Wake of Disenchantment*. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 2015.
- Brown, Justice. “Downes v. Bidwell, 182 U.S. 244 (1901).” Justia Law, 1901. <https://law.justia.com/cases/federal/district-courts/washington/wawdce/2:2021cv00996/301739/41/>.
- Carvalho, José Murilo de. *Cidadania no brasil o Longo Caminho*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2001.

- Castro, Carlos Potiara. “Seria a Amazônia uma colônia do Brasil? Ocidente interior, duplo vínculo e governança autônoma.” *Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política*, v. 4, n. 2 (December 1, 2014).
- Cruz-Malave, Arnaldo. “The Oxymoron of Sexual Sovereignty: Some Puerto Rican Literary Reflections.” *CENTRO: Journal of the Center for Puerto Rican Studies* 19, no. 1 (2007).
- de Onís, Catalina, and Hilda Lloréns. “‘Fuera Luma’: Puerto Rico Confronts Neoliberal Electricity System Takeover amid Ongoing Struggles for Self-Determination.” *Georgetown Journal of International Affairs*, June 20, 2021. <https://gjia.georgetown.edu/2021/06/21/fuera-luma-puerto-rico-confronts-neoliberal-electricity-system-takeover-amid-ongoing-struggles-for-self-determination/>.
- Dean, Warren. “Economy.” Capítulo. Em *Brazil: Empire and Republic, 1822–1930*, editado por Leslie Bethell, 217–56. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- Dello Buono, Richard, A. "State Repression and Popular Resistance: The Criminalization of Puerto Rican Independentistas." *Humanity & Society* 15, no. 1 (02, 1991): 111-131.
- Dezemone, Marcus. “A Questão Agrária, O Governo Goulart e o Golpe de 1964 Meio Século Depois.” *Revista Brasileira de História* 36, no. 71 (April 2016): 131–54. https://doi.org/10.1590/1806-93472016v36n71_006.
- Domingues, Bruno Rodrigo Carvalho. Tem Feitiço Nessa Esquina! Cosmoerotismo, cidade e dinâmicas coloniais na Amazônia paraense. 2022. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – *Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre*, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/263727/001175000.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Duggan, Lisa. "The New Homonormativity: The Sexual Politics of Neoliberalism"
Em *Materializing Democracy: Toward a Revitalized Cultural Politics* editado
por Russ Castronovo, Dana D. Nelson and Donald E. Pease, 175-194. New
York, USA: Duke University Press, 2002.

<https://doi.org/10.1515/9780822383901-008>

Fernandes, Estevão Rafael. "Decolonizando Sexualidades: enquadramentos coloniais
e homossexualidade indígena no Brasil e nos Estados Unidos." 2015. Tese
(Doutorado em Ciências Sociais) – *Programa de Pós-Graduação em Estudos
Comparados sobre as Américas, Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as
Américas, Universidade de Brasília*, Brasília, 2015. Disponível em:

[https://repositorio.unb.br/jspui/bitstream/10482/19269/1/2015_Estev%
c3%a3oRafaelFernandes.pdf](https://repositorio.unb.br/jspui/bitstream/10482/19269/1/2015_Estev%c3%a3oRafaelFernandes.pdf)

Fernandes, Stephannie, Geraldo W Fernandes e Philip M Fearnside. "Viewpoint:
Sovereignty and Reversing Brazil's History of Amazon Destruction." *Land Use
Policy* 133 (2023): 106868-. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2023.106868>.

Ferreira, Emanuele Corrêa. "Drag o quê?: sociabilidades, resistências e comunicação
no movimento das Themonhas no Noitesuja, em Belém." 2020. 130 f.
Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia) - *Universidade
Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação*, Belém, 2020. Disponível
em:

[https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/13544/1/Dissertacao_Drag
QueSocialidades.pdf](https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/13544/1/Dissertacao_DragQueSocialidades.pdf)

Gontijo, Fabiano, Igor Erick. "Diversidade Sexual e de Gênero e Pertencimento
Étnico na Amazônia Brasileira." *Contemporânea*, vol. 10, n. 1, 2020, p. 57-80.
Disponível em:

[https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/82
1](https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/821)

- Gontijo, Fabiano. “Diversidad Sexual y de Género, Estado Nacional y Antropología Indisciplinada.” *InSURGentes. Revista para las antropologías del sur*, n. 6. Enero-Junio 2024. ISSN: 2958-7808
- Gontijo, Fabiano. “Por uma Antropologia Antinormativa, Pública e Comprometida: algumas considerações sobre a diversidade sexual e de gênero no Brasil.” *Amazônica: Revista de Antropologia*, vol. 15, n. 2, 2023, p. 50-72. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v15i2.14972>
- Graham, Richard. “1850–1870.” Capítulo. Em *Brazil: Empire and Republic, 1822–1930*, editado por Leslie Bethell, 113–60. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- Loureiro, Violeta. *Amazônia, Colônia do Brasil*. Manaus: Editora Valer, 2022.
- Lugo Amador, Luis Alberto. “Espanolidad e Hispanofilia En El Puerto Rico de Principios Del Siglo XX.” *Milenio* 10 (2006): 12–22.
- Minelli Pérez, Sharon. “Sube a \$2,990 El Alquiler Promedio En Puerto Rico.” *El Nuevo Día*. *El Nuevo Día*, November 22, 2022.
<https://www.elnuevodia.com/negocios/bienes-raices/notas/sube-a-2990-el-alquiler-promedio-en-puerto-rico/>.
- Moraes, Carolina. “Quem São as Themônias, Drag Queens Monstruosas Que Tomaram a Cena Artística.” *Folha de S.Paulo*, August 27, 2021.
<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/07/quem-sao-as-themonias-drag-queens-monstruosas-que-tomaram-a-cena-artistica.shtml>.
- Muñoz José Esteban. *Cruising Utopia: The Then and There of Queer Futurity*. New York, NY: New York University Press, 2009.
- “Noche del Evento.” CEE. CEE, 2024. <https://elecciones2024.ceedpur.org/>
- Rajão, Raoni, Britaldo Soares-Filho, Felipe Nunes, Jan Börner, Lilian Machado, Débora Assis, Amanda Oliveira, et al. “The Rotten Apples of Brazil’s

Agribusiness.” *Science (American Association for the Advancement of Science)* 369, no. 6501 (2020): 246–48. <https://doi.org/10.1126/science.aba6646>.

Ramos-Zayas, Ana Y. *Parenting Empires : Class, Whiteness, and the Moral Economy of Privilege in Latin America / Ana Y. Ramos-Zayas*. Durham: Duke University Press, 2020. <https://doi.org/10.1515/9781478009252>.

Ruiz, Sandra. “1. Lipstick Revolutionaries: Dolores ‘Lolita’ Lebrón Sotomayor and the Site of Rican Death.” Ensaio. Em *Ricanness: Enduring Time in Anticolonial Performance*, 35–72. New York: New York University Press, 2019.

Thomas, Deborah A. *Political Life in the Wake of the Plantation: Sovereignty, Witnessing, Repair*. Durham, NC: Duke University Press, 2019.

Torres Nieves, Valeria Maria. “Complejos Desafíos Abonan a La Crisis de Vivienda Asequible En Puerto Rico: ¿Cómo Se Pueden Atender?” *El Nuevo Día*, October 6, 2024. <https://www.elnuevodia.com/noticias/locales/notas/complejos-desafios-abonan-a-la-crisis-de-vivienda-asequible-en-puerto-rico-como-se-puede-atender/>.

Wenzel, F. 2020. “Asfaltando a Amazônia: Bolsonaro inaugura trecho de rodovia federal e planeja mais mil quilômetros cortando áreas protegidas de floresta no Norte do Pará.” *Folha de São Paulo, Revista Piauí*, 14 February 2020.